

Malária põe Rondônia sob emergência

PORTO VELHO, RO (O GLOBO) — Até que diminua o índice de malária em quatro dos sete Municípios de Rondônia, o Governo do Território decretou estado de emergência em Vilhena, Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal. A medida abrange, além das sedes municipais, os distritos de Jaru, Ouro Preto, Presidente Médici, Colorado, Cerejeiras e Rolim de Moura.

O estado de emergência atinge apenas o setor médico-hospitalar e tem como finalidade intensificar uma frente de combate à malária, que vem causando vítimas fatais, a última das quais foi o mecânico João Bosco Cavalcante Pereira, internado com quatro cruzes da malária tipo 'Vivax' no Hospital São José, em Porto Velho; ele morreu anteontem.

IGNORÂNCIA

Recentemente, a secretária de Saúde, Ieda Erse, disse que mais de cem mil habitantes de Rondônia haviam sido vitimados pela malária em 79, sendo

que deste total apenas 61 mil tinham sido registrados nos postos da Secretaria ou da Sucam. Uma das causas da malária, segundo os órgãos oficiais, é a contínua migração de pessoas que desconhecem totalmente a doença e até favorecem a proliferação do mosquito 'anofelino', transmissor do mal.

Há alguns dias, o governador Jorge Teixeira entregou documento ao ministro da Saúde, Waldyr Arcoverde, relatando a atual situação da Sucam em Rondônia, onde há falta de pessoal, de meios de transportes e até de simples lâminas ou laboratórios para os exames.

Em 1977, o grande surto de malária havia ocorrido em Ariquemes, onde uma escola chegou a ser desativada para servir, durante mais de um mês, de hospital. Ano passado, em Ji-Paraná, um colégio com 20 salas de aulas teve de ser transformado em hospital de emergência para atender às vítimas da malária, que tem em Rondônia o maior foco do mundo, segundo denúncia do próprio governador Jorge Teixeira.

Não faltará vacina contra a aftosa

CAMPINAS (O GLOBO) — Não faltará vacina contra a febre aftosa no Estado de São Paulo, garantiu ontem a Divisão de Veterinária da Coordenação de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão da Secretaria de Agricultura, sediado em Campinas. O veterinário Adolfo Cerqueira Menezes só faz uma ressalva:

— Não se pode evitar que criadores estabelecidos em outros Estados adquiram as vacinas aqui e as transfiram. Isso poderia gerar problemas em algumas regiões, mas não há qualquer dispositivo que controle a situação.

De acordo com ele, as 10,5 milhões de cabeças de gado do Estado terão as vacinas, já que a quantidade fixada pelo Estado é ligeiramente superior.